



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS



Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos bens a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, depois de relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas da necessidade da contratação:

Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO e do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

Esta licitação, na modalidade Pregão, com Sistema de Registro de Preços, enquadra-se no inciso V do art. 3º da Lei nº 14.462/2023, pois não há como prever, no momento, o quantitativo exato a ser adquirido, existindo assim a possibilidade de contratações parceladas, à medida que forem sendo apresentados novos pedidos dos itens incluídos na presente licitação.

Intenção de Registro de Preço – IRP:

Em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória e do reduzido quantitativo de pessoal nas unidades demandantes para fins de gerenciamento da participação de outros órgãos no presente certame, optou-se pela não divulgação de IRP. Assim, conforme art. 31 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da



Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

Justificativa de reserva de cota de 5% (cinco) por cento:

Em atendimento ao disposto no inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será destinada a cota de 5% (cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Esse percentual foi estabelecido em função da preservação da economia de escala, tendo em vista os maiores volumes praticados por grandes fornecedores, e em função da viabilidade na participação das empresas enquadradas nesta Lei. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Participação de Consórcios

A participação de consórcios não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios.

Participação de Sociedades Cooperativas

A participação de sociedades cooperativas será permitida, em atendimento à Lei nº 14.133/2021 e desde que as entidades atendam aos requisitos elencados nos incisos I a IV do art. 16 da mesma.

Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação em virtude da homogeneidade dos itens a serem licitados. A composição dos equipamentos não apresenta componentes específicos que justificassem buscar fornecedores especializados a serem subcontratados.

Divulgação do Orçamento:

Orçamento público, justificado em virtude do disposto no Acórdão nº 1.502/2018 – TCU.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:

Proporcionar uma maior competição entre as empresas, obtendo a melhor proposta para a administração pública.



Qualificação Técnica

Com vistas à qualificação técnica das licitantes será exigida apresentação de atestados que comprovem execução de no mínimo 30% de cada item. Justifica-se esse valor, pois está em conformidade com o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e dentro do limite estabelecido no mesmo dispositivo. Além disso, busca ampliar a concorrência, evitar eventuais direcionamentos e reduzir riscos de inexecução dos contratos.

Critério de Julgamento:

Menor preço por item. Justifica-se de modo a buscar o melhor preço para a administração pública (princípio da economicidade), destacando que foi previsto/especificado as condições mínimas para garantir a qualidade dos itens fornecidos.

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,5%, valor que procura equilibrar a diferença entre os valores unitários e quantitativo dos diversos itens.

Do Reajustamento de Preços

Será adotado o Índice de Preços ao Produtor - IPP/IBGE como índice de referência para aplicação de reajuste aos contratos. Justifica-se a adoção do índice devido a este refletir a variação do setor industrial ao qual estão inseridos os itens objeto dos contratos a serem firmados.

Sustentabilidade Ambiental:

Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Garantia do Objeto:

A garantia da objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da entrega técnica dos equipamentos. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no edital, prevalecerá a garantia do fabricante, por ser mais vantajoso para a administração pública.

Garantia de Execução:

A presente licitação visa a formação de Sistema de Registros de Preços e não exigirá prestação de garantia de execução, sem prejuízo das sanções previstas em Lei para os casos de inexecução total ou parcial do objeto.



Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente.

Apresentação de amostras:

Para o escopo do fornecimento não é necessário à apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

Dos quantitativos a serem licitados:

Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).